

Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v19i2p239-255>

Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial

Imaginary and representation in the toponymic formation of colonial Tocantins

Karylleila dos Santos Andrade*

Universidade Federal do Tocantins, Araguaína e Porto Nacional, TO, Brasil

Kátia Maia Flores**

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

Resumo: A língua tupi é a responsável pela formação da toponímia brasileira nos primeiros séculos, após o “achamento” do Brasil. Em Goiás, antiga *Terra de Goyases*, o período de entradas e bandeiras, especialmente pelos colonos paulistas, e as expedições de jesuítas pelos rios Araguaia e Tocantins, favoreceram a formação da Toponímia nessa região. O certo é que, por onde os povos indígenas que falavam línguas do tronco tupi passavam, denominavam a realidade circundante, a fim de demarcar os espaços da paisagem local (elementos físicos: rios, córregos, serras etc. e elementos humanos e/ou culturais: arraiais, povoados, julgados, etc.), com diversos interesses, dentre eles, a conquista por territórios. O presente artigo tem como proposta oferecer leituras sobre a formação da toponímia colonial na Província de Goiás, tendo em vista que o povoamento da região se deu, particularmente, pelos rios Araguaia e Tocantins. Ademais, intencionamos apresentar uma possível leitura dessa formação a partir de dados documentais da “existência” do povo indígena nomeado Tocantins. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a documental (mapas e documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII). Os autores Sampaio (1987), Flores (2009), Dick (2004), Casal (1845), Ferreira (1960; 1977), Palacin, Garcia e Amado (1995) subsidiaram a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Toponímia. Rios Araguaia e Tocantins. Tocantins Colonial.

Abstract: The tupi language is responsible for the formation of Brazilian Toponymy in the first centuries after the “finding” of Brazil. In Goiás, former *Land of Goyases*, the period of *entradas e bandeiras* expeditions, performed especially by São Paulo settlers, and the expeditions of Jesuits on the Araguaia and Tocantins rivers, promoted the toponymic formation in this region. The truth is that where indigenous people passed and spoke tupi languages, they named the surrounding reality in order to demarcate the areas of the local landscape (physical elements: rivers, streams, mountains etc. and human and/or cultural elements: camps, villages, parishes, etc.) with various interests, including the conquest of territories. This article proposes to offer readings about colonial toponymic formation in the Province of Goiás, bearing in mind the people of the region, particularly, by the Araguaia and Tocantins rivers. Moreover, we intend to present a possible reading of this formation stem from documentary data of the “existence” of indigenous people named Tocantins. Methodological procedures used were bibliographical and documental research (maps and

* Professora do Curso de Letras, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína e Porto Nacional, TO, Brasil; karylleila@gmail.com.

** Professora do Curso de Teatro, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, TO, Brasil; katia@uft.edu.com.

documents from the XVI, XVII and XVIII centuries). Authors as Sampaio (1987), Flores (2009), Dick (2004), Casal (1845), Ferreira (1960, 1977), Palacin, Garcia and Amado (1995) supported the bibliographical research.

Keywords: Toponymy. Araguaia and Tocantins rivers. Colonial Tocantins.

1 POVO TOCANTINS: MITO OU REALIDADE?

As entradas e as bandeiras, que cortaram os sertões nos séculos XVI, XVII e XVIII, deixaram registrados em documentos e roteiros referências ao topônimo *Tocantins*¹. Ferreira (1960, p. 259) cita Bento Maciel Parente, capitão-mor da província do Pará, no dia 20 de abril de 1625, com a passagem de uma *memória* (grifo do autor), a qual envia ao rei:

Demás, destas Capitánias se pueden demarcar otras, entre el Rio de las Amaçonas, y el Gran Pará, y por cima de la Província de los Tocantines, por ser el Rio muy navegable, y las tierras fertiles, que se entiende que daran trigo, y vino, y otras cosas de España, como se dan en el Nuevo Reino de Granada² que allí es vecino, y esta en la misma altura: también por aquí ay muchas minas, como en el Nuevo (Reino de Granada), y quizá mas ricas. (Ferreira, 1960, p. 259)

Ferreira (1960) ressalta que Parente não deixa claro que o rio que atravessa a região (província) dos Tocantins tivesse essa mesma denominação. No entanto, “a essa altura sertanistas do Pará provavelmente já denominavam o rio de Tocantins, nome de uma nação indígena que vivia na região” (1960, p. 259). No que se refere à ‘nação indígena’ do mesmo nome, não há documentos ainda que comprovam a sua existência. O que se pode dizer é que o rio Tocantins foi o nome adotado por franceses, jesuítas portugueses e mamelucos do norte, ainda na colônia, para o rio que desce ao norte e desemboca no rio Pará, como atesta Flores (2009, p. 29). Segundo a autora, vários foram os grupos que tinham denominações próximas ao nome Tocantins. “Esses povos eram os Tacamedus (habitavam as margens do rio Tocantins), os Tacandiras (os mesmos que Tocandiras), os Tacanhunas, os Tocanos e os Tucanos, entre outros” (Flores, 2009, p. 31). De fato, o que se percebe é uma aproximação na grafia, mas, como já fora dito antes, é uma questão acadêmica ainda em aberto, uma vez que há diversas imprecisões a respeito da nomeação do rio, como destaca Flores (2009, p. 31): “Nos primeiros roteiros coloniais, ou nos testamentos e inventários dos bandeirantes paulistas, várias designações faziam referência à mesma região onde se encontra o rio”. Em tais documentos, a autora revela que o nome *Tocantins* tinha uma relação muito forte com a língua falada por diversos grupos indígenas da época, os quais habitavam a região margeando o rio. É certo que foram eles próprios que guiaram e deram diversas informações aos bandeirantes em suas andanças pelos sertões, como também aos missionários vindos da Amazônia.

¹ *Notas toponímicas*: Sampaio (1987, p. 333) o define como *Tucan-tim*, ‘nariz de tucano’. Nome de um gentio que deu apelido ao rio Pará, Goiás. *Alt. Tocantim. Tim, Ti*, ‘ponta, nariz, saliência, proa’. Pode ser uma forma contrata de *tinga*, ‘branco, alvo’. V. *Ti*.

² Ferreira (1960, p. 259) assinala que Parente, como todos na época, acreditava que o Peru (reino de Granada) tinha fronteiras na região do Tocantins, isto é, no rio Paraupava. E que naquela região havia muito ouro.

Ainda sobre uma possível existência de um povo chamado *Tocantins*, Vieira (1746, t. III, p. 85-86) aponta: “O que se tem dito dos Poquiguáras, se entende também dos Catingas, e com muita mayor razaõ, porque estão acima dos *Tocantins*, não só perto das suas terras, mas quasi dentro nellas”. Uma interpretação possível dessa citação é que Vieira estivesse falando dos povos *Poquiguáras*³, *Catingas* e dos ditos *Tocantins*. Um outro estudioso a referir-se à existência de um grupo chamado Tocantins é Castro (1941, p. 124): “Tocantins ou Tucantins, ‘nariz de tucano’, nome de uma tribo que habitava as margens do rio”. Vieira (1735, t. I) ainda faz referência à missão que lhe foi dada pelo capitão-mor de percorrer o rio dos Tocantins:

Desenganado desta Missão, ou enganado nella, partime para o Para com os Padres que tinha detido, e tratando de passar ao Rio das Almazonas me ofereceu o Capitaõ Mor dalli N. do N. outra *Missão para o Rio dos Tocantins*, em que se dizia estarem abaladas muitas Aldeas de índios para se decerem. (Vieira, 1735, p. 62, grifo nosso)

O documento a seguir, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), datado de 21 de junho de 1647⁴, província do Pará, sinaliza a existência dos ‘índios Tocantins’. Trata-se de um requerimento dirigido ao provedor da fazenda real do Pará.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, para o rei [D. João IV], solicitando treslado das ordens e bandos do governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, sobre as matérias de *índios (tocantins, tupinambás, camutás e os escravos do pirata Bandergoss)* e do governo da capitania. (AHU_CU_013, Cx. 1, D. 67, grifo nosso)

FLP 19(2)

A seguir, parte do documento e sua transcrição⁵.

Sebastião de Lucena de Azeuedo que para bem de sua justica lhe he necessario o treslado das ordes bandos e papeiz vezitas e supretendencias do guouernador geral deste estado Francisco Coelho de Carualho cappitulllos de cartas messiuas sobre materias de yndios e outras do guouerno desta cappitania que esteuerem registadas nos liuros dos registos de Sua Magestade e bem asj as ordens que mandou ao cappitam Baltezar de Fontes e mais pessoas do Camuta sobre os *yndios tocantins topinambaz e camutás e así mais o treslado do requerimento que se lhe fez sobre os escauos do pirata u Bandergoos [?]* pelo que Pede a Vossa Merce lhe mande dar os treslados que lhe forem nesarios por

³ Os Potiguara vivem hoje no estado da Paraíba e no Ceará (Vieira, 2006).

⁴ Informação levantada junto ao Arquivo Histórico Ultramarino, no *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Pará* (AHU, data desconhecida).

⁵ *Transcrição com grafia atual*: Sebastião de Lucena de Azevedo que, para bem de sua justiça, lhe é necessário o traslado das ordens, bandos e papéis, visitas e superintendências do governador geral deste estado, Francisco Coelho de Carvalho, capítulos de cartas missivas sobre matérias de índios e outras do governo desta capitania que estiverem registadas nos livros dos registros de Sua Majestade e bem assim as ordens que mandou ao capitão Baltasar de Fontes e mais pessoas do Camutá, sobre os índios Tocantins, Tupinambás e Camutás, e assim mais o traslado do requerimento que se lhe fez sobre os escravos do pirata u Bandergoos [?], pelo que Pede a Vossa Mercê lhe mande dar os traslados que lhe forem necessários por vias em modo que faça fé. E Recebera Mercê. O escrivão da fazenda passe do que lhe constar. Hoje, 25 de junho de 1647 anos. (Assinatura). Marcos Gonçalves Correa.

uiasen modo que faça ffee E Recebera Merce O escriuam da fazenda
pase do que lhe constar oje 25 de Junho de 647 anos.

Ass. Marcos Gonsalues Correa. (grifo nosso)

Acreditamos que o documento faz referência aos ditos ‘índios tocantins’ na seguinte passagem: “as ordens que mandou ao cappitam Baltezar de Fontes e mais pessoas do Camuta sobre os *yndios tocantins* topinambaz e camutás” (grifo nosso).

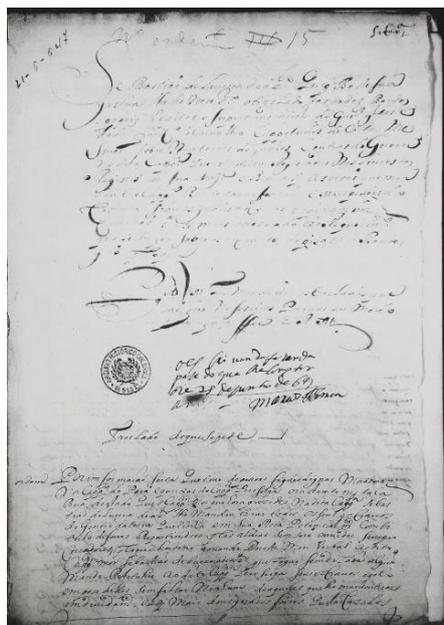


Figura 1 – Reprodução fac-similar do documento sob a cota AHU/Lisboa_CU_013, Cx. 1, D. 67

Da leitura, depreendemos que Sebastião Lucena de Azevedo pede ao provedor da fazenda real que mande trasladar todas as ordens e documentos (“registados nos livros da secretaria do governo do estado”) que o governador Francisco ordenou sobre os índios Tocantins, Tupinambás e Camutás, e ainda o traslado do requerimento sobre os escravos do pirata, para com esses traslados requerer ao rei e assim obter justiça. O provedor da fazenda, Marcos Gonçalves, despacha, ou decide, em 25 de junho, que o escrivão da fazenda Brás da Silveira passe os ditos traslados. Com base na transcrição, o documento demonstra a existência dos índios Tocantins naquela região. Porém, no conjunto das provisões de que se faz o traslado, apenas há referências ao rio Tocantins e aos índios naturais que nele habitam, conforme consta na transcrição completa do texto.

1.1 Paraupava e Iabeberi: Rios Araguaia e/ou Tocantins

Na esteira das imprecisões e incertezas que a cartografia meramente mental de indígenas e sertanistas arrolavam, Paraupava também foi um outro nome dado ao Tocantins. Essa é mais uma informação insegura, dada a falta de precisão dos roteiros deixados pelos bandeirantes. Como veremos a seguir, não se sabe ao certo se nos documentos e nos roteiros da época a referência ao rio Paraupava era ao Tocantins ou ao Araguaia, ou ainda a outro rio qualquer. Segundo Flores (2009, p. 31), o sertão do Paraupava foi a designação genérica dada à região localizada ao norte

da colônia, onde dois rios fazem a confluência: Araguaia e Tocantins. Desse modo, a imprecisão das informações obtidas em inventários e documentos em geral da época não oferecem a certeza de que rio estão a mencionar.

Para Ferreira (1960, p. 259), que se dedicou a estudar a identidade do Paraupava a partir de documentos (roteiros, inventários e outros) da época, garante ser ele o Araguaia, mas deixa claro que um trecho do rio Paraupava, seu curso inferior, localizado no estado do Pará, era conhecido por Tocantins. Afirma, em seus estudos, que várias foram as bandeiras que deram notícia do Paraupava, dentre elas as de: Domingos Luís Grou e Antônio Macedo (1590-1593), Domingos Rodrigues (1596-1600), Afonso Sardinha (1598-?), André de Leão (1601), Nicolau Barreto (1602-1604), Belchior Carneiro e Antônio Raposo (1607-1609), Martins Rodrigues (1608-1613), André Fernandes (1613-1615), Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618), Bartolomeu Barreiro de Ataíde (1644), Raposo Tavares (1648-1651), padre Manoel Nunes (1659), Francisco Lopes Buenavides (1665-1666), Antônio Pais (1671) e Sebastião Paes de Barros (1673).

Logo na introdução do livro, Ferreira (1960) afirma que, após as descobertas das minas em Goiás e em Cuiabá, os roteiros da época, muito disputados, os quais serviam de referências às bandeiras, sinalizavam que havia muitas minas de ouro ao longo dos rios Araguaia e Paraupava⁶. E sugeriam ainda que havia figuras curiosas, parecidas com os martírios de Jesus Cristo: coroa de espinhos, cravos, lanças e outras. Daí surgiram os mitos do Paraupava e dos Martírios⁷.

As primeiras notícias, recolhidas em inventários, do Paraupava, foram identificadas na bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600): “A bandeira de Domingos Rodrigues, saindo de São Paulo, chegou aos Topinaens do Rio São Francisco, e inflitando para nor-noroeste, chegou ao sertão do Rio Paraupava, onde apresou índios Goiás.” (Ferreira, 1960, p. 191). Mas o próprio Ferreira (1977, p. 79) refere, sem muita certeza, que foi a bandeira de Antônio de Macedo e Domingos Luis Grou a primeira adentrar o Paraupava.

FLP 19(2)

⁶ *Notas toponímicas*: Segundo Ferreira (1977, p. 41), o nome *Paraupava* é de origem tupi e antigamente se escrevia também *Paraupaba*, *Paraipava* e *Paraupeba*. De acordo com o autor, são grafias diferentes, mas com o mesmo significado. *Paraupava* pode ser decomposto em *pará-u-pav*, sendo que *pará-u* significa ‘água grande ou lagoa grande’, e *pava* significa ‘baixa, chata, espraçada, rasa’, referindo-se à lagoa Paraupava. Já Sampaio (1987, p. 295) registra *Paraopeba* – *para-u-peba* ou *pará-y-peba*, que significa ‘o rio de água rasa’.

⁷ Segundo Ferreira (1960, p. 368), os Martírios tiveram origem com as bandeiras de Antônio de Macedo (1590-1593) e de Domingos Rodrigues (1596-1600). Foram atribuídos aos Martírios formas encontradas em rochas, que se assemelhavam “à coroa, lanças, cravos, escadas, enfim, tudo o que evocava, naquele momento, os instrumentos dos Martírios de Cristo” (1960, p. 28). Segundo o autor, os verdadeiros Martírios localizavam-se no rio dos Araés, ou Paraupava. Constituem-se hoje os Martírios do rio Araguaia. “Os Martírios do Araguaia, noticiados por Tomaz de Souza Vila Real em 1793, por Cunha Mattos em 1824, por Castelnau em 1844, por Rufino Segurado em 1847 e cujos desenhos foram pela primeira vez copiados por Paul Ehrenreich em 1888, são os legítimos Martírios dos sertanistas de São Paulo conforme noticiados nos roteiros.” (1960, p. 368).

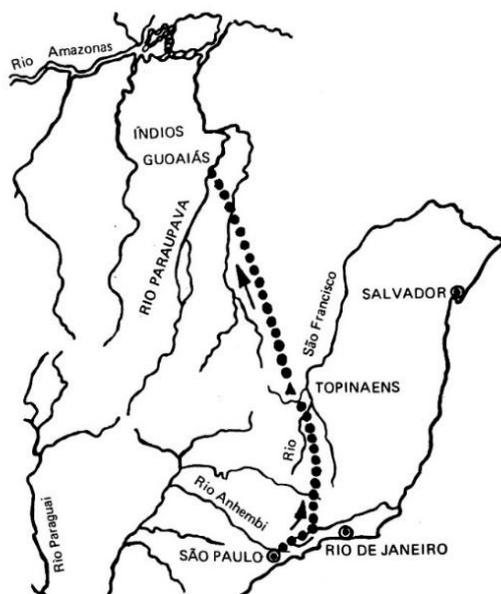


Figura 2 – Mapa da bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600)
(Ferreira, 1960, p. 191)

O nome *Paraupava* não era citado nem nos documentos oficiais dos governantes, nem nas correspondências ao rei, nem nos registros dos jesuítas. Depois de um longo tempo, o topônimo aparecerá na bandeira de André Fernandes, em 1615, e na de Antônio Pedroso de Alvarenga, em 1616. A bandeira de André Fernandes data de 1613-1615. Padre Antônio Araújo, que coletou informações com o escrivão da bandeira de André Fernandes, Pero Domingos, narra em detalhes que a bandeira saiu de São Paulo, com cerca de trinta homens, chegou às cabeceiras⁸ do rio denominado Ibeberí⁹, por encontrarem-se muitas arraias nele. Desceram o rio e chegaram a um braço do rio Pará. De acordo com Ferreira (1977, p. 123), Pará era o próprio rio Amazonas; por *braço* do Pará subentende-se afluente do Amazonas. Esse afluente, para o Padre Araújo, denomina-se ‘fermoso braço’, que Ferreira (1960 e 1977) conclui ser o rio Paraupava, referendado na bandeira de André Fernandes.

Quanto ao atual curso superior do rio Tocantins, isto é, da sua junção com o rio Araguaia até a sua cabeceira, não tinha nome nesta fase do Pará. Os sertanistas de São Paulo denominavam-no rio Ibeberí. [...] *o rio Paraupava dos bandeirantes de São Paulo hoje tem dois nomes Rio Araguaia e baixo curso do Tocantins até Belém do Pará.* (Ferreira, 1977, p. 203, grifo nosso)

Padre Araújo (apud Ferreira, 1977, p. 124) esclarece, ainda, que em um certo local do ‘fermoso braço’, isto é, do rio Paraupava, havia uma grande ilha, medindo trinta léguas de comprimento e seis de largura. Essa ilha pertencia aos índios Caraiúnas ou Carajaúnas: o *i* e o *j* tinham, na língua tupi, o mesmo valor fonético,

⁸ *Notas toponímicas:* Ferreira (1960, p. 305) diz que: “Por cabeceiras do Tocantins, subentenda-se a confluência do Araguaia (*Paraupava*) com o *Ibeberí*. Na época o rio Tocantins só começava a ter este nome a partir da embocadura do Araguaia.”

⁹ *Notas toponímicas:* Conforme a referência de Padre Araújo, o rio *Ibeberí* é hoje o curso superior do rio Tocantins, ou seja, da embocadura do Araguaia até onde confluem os atuais rios Santa Tereza e Paranã. (Ferreira, 1960, p. 317).

conforme relata o autor. Trata-se da ilha do Bananal¹⁰, já que a ilha, de acordo com a descrição nos documentos, era formada pelo rio Paraupava, hoje rio Araguaia, e caminhava em direção ao rio Amazonas. Há dois documentos, segundo Ferreira (1977), que comprovam a existência e a localização do rio Paraupava:

1. O inventário de 22 de fevereiro de 1615 no rio Paraupava. Esse inventário retrata o motim que ocorreu pela partilha de índios apresados. A bandeira de André Fernandes se dividiu em dois grupos: um deles foi quase todo massacrado pelos índios. O começo do processo do inventário, redigido pelo escrivão Pero Domingos, diz claramente: “Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, era de seiscentos e quinze, aos vinte e dois de fevereiro, em neste RIO DE PARAUPAVA [...]” (Ferreira, 1960, p. 224)

2. A descrição desse rio, feita pelo Padre Araújo em 1622-1623, remete-se à ilha do Bananal¹¹ e ao rio Araguaia.

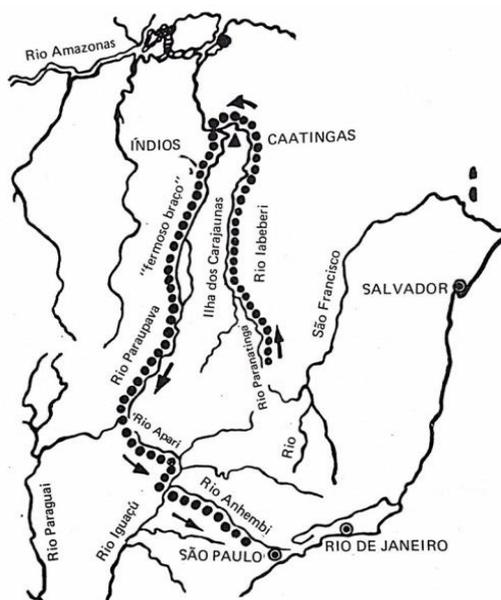


Figura 3 – Mapa da Bandeira de André Fernandes (1613-1615)
(Ferreira, 1977, p. 126)

¹⁰ A ilha do Bananal, localizada no estado do Tocantins, situa-se na divisão do Tocantins com os estados de Goiás e Mato Grosso. É considerada a maior ilha fluvial do mundo. Vivem na ilha os grupos indígenas Carajá e Javaé, entre outros.

¹¹ De acordo com Ferreira (1977, p. 81), segundo os registros deixados pelos bandeirantes, o nome Paraupava surgiu na ilha do Bananal: durante o período das chuvas, a ilha fica dois terços submersa, formando uma grande lagoa, identificada como lagoa Paraupava. E ao rio que nascia e se dirigia à foz do Amazonas, deram-lhe o nome de Paraupava, que pode ser verificado na cartografia da época que representava a lagoa e o rio.

Notas toponímicas: “A Ilha mais importante do estado de Goiás, a de Sant’Anna ou Bananal, formada pelos dous braços do rio Araguaya. A origem do nome Sant’Anna provém de ter o Alferes João Pinto da Fonseca em n’ella desembarcado no dia da gloriosa santa, isto é, 26 de julho. O referido official ia comissionado na conquista dos índios Carajás e ahi então fez celebrar uma missa.” (Jubé, 1919, p. 37).

Ferreira (1960) conclui que o rio Paraupava do inventário de André Fernandes era o mesmo ‘fermoso braço’ do documento do Padre Araújo, que, depois de algum tempo, atesta ser o rio Araguaia.

O ciclo Paraupava ocorreu no período das bandeiras da vila de São Paulo. Tem início com a bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600) e se estendeu até a última vez em que se fez referência ao nome Paraupava, na bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618). A substituição do nome Paraupava por Araguaia dá-se com a bandeira de Bartolomeu Barreiros de Ataíde (1644), quando, em 1646, ele encaminha um documento ao rei de Portugal: “Daqui se confina da parte do norte com índios Tocantins a Província do Araguaia, que é um braço do Grão-Pará, onde está localizada uma grande mina [...]” (apud Ferreira, 1960, p. 264). O ciclo durou cerca de vinte e oito anos, tempo suficiente para os sertanistas explorarem, realizarem descobertas e conhecerem o sertão do país. Foram eles os responsáveis pela eliminação, nas cartas geográficas, do mito da lagoa Paraupava. A partir desse ciclo, foi possível apresentar uma cartografia mais científica do interior do Brasil, por meio das informações e registros catalogados pelos bandeirantes.

Percebem-se, portanto, dois movimentos de cunho toponímico: substituição e exclusão de nomes. Parte-se de uma motivação inicial, aceita e partilhada pelos primeiros exploradores: *paraupava*, ‘água rasa, espraída’, em referência à paisagem do rio. Com o tempo, *paraupava* é substituído por *araguaia*, ‘o vale ou a baixada dos papagaios’, para, então, ser totalmente excluído da cartografia da época. O processo de substituição dá-se em “nível de discurso no enunciado concreto produzido pelo enunciatário e, não, no plano do sistema [...]” (Dick, 2004, p. 125). No movimento, identificamos nas descrições onomásticas muito de emotividade e afetividade com a paisagem; são descrições referenciais, que valorizam os recursos hídricos e a geomorfologia (‘água rasa’), bem como como a fauna (‘vale dos papagaios’).

FLP 19(2)

1.2 A toponímia em Goiás no século XVIII

Prevalecem, nos séculos iniciais da conquista dos sertões, as imprecisões cartográficas e um grande desconhecimento geográfico do interior do Brasil. A geografia era muito mais resultado da imaginação, de fatos lendários e de fantasias. Prevaleceram, porém, a experiência dos povos indígenas e o conhecimento do habitat natural. E os invasores se valeram desses conhecimentos.

Da família tupi-guarani, tronco macro-tupi, os portugueses aprenderam a língua, adquiriram hábitos e costumes, percorreram suas trilhas, mas sobretudo assimilaram a noção de unidade do país já habitado e conhecido dos indígenas. A influência do tupi em São Paulo foi constante durante a época das bandeiras; a região já era marcada pela miscigenação. Até meados do século XVIII, a língua geral era mais usada do que o português. Não é de duvidar que a “língua” das bandeiras marque a toponímia identificada pelos bandeirantes, até mesmo naquelas regiões em que se encontravam grupos indígenas não-tupi. Segundo Sampaio (1987, p. 71)

As bandeiras só falavam o tupi. E se, por toda a parte onde penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde, se introduzia com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos.

O fato é que, por todo o sertão, o tupi predominou na formação da toponímia brasileira. Recebiam nomes de origem tupi os lugares, elementos principalmente de procedência da natureza circundante, mesmo que não houvesse traços de qualquer povo tupi. A conservação dar-se-ia a partir da “descoberta”, cujo processo de consolidação se efetivaria com o tempo ou, até mesmo, com o registro em documentos da época. “E assim é que, no Planalto Central, onde dominam povos de outras raças, as denominações dos vales, rios e montanhas e até povoações são pela maior parte da língua geral” (Sampaio, 1987, p. 71). É o que podemos identificar na toponímia do estado do Tocantins, atualmente, nos nomes dos municípios: Tupirama, Tupiratins, Tocantínea, Tocantinópolis, Gurupi, Cariri, Dueré, Itaguatins, Itacajá, Goiatins, Araguaína, Araguatins, Araguaçu, Arapoema, entre outros.

Não prevaleceram apenas nomes de origem indígena na formação da antiga província de Goiás, hoje região que ocupa o estado do Tocantins. O olhar atento dos sertanistas, exploradores da natureza e ávidos por encontrar metais preciosos, batizavam os lugares com nomes que vertiam suas próprias impressões da realidade física circundante (o litotopônimo Arraial da Barra, o dimensiotopônimo Arraial Meia-Ponte e o geomorfotopônimo Arraial da Chapada), demarcavam especificidades de moradores ou de pessoas importantes politicamente para a comunidade (o sociotopônimo Arraial Ferreiro e o antropotopônimo Arraial Cavalcante) ou, até mesmo, lançavam mão de simbologias do catolicismo europeu (os hagiopotopônimos Arraial de Santana e Arraial de Santa Luzia).

Brandão (1978, p. 26-27) relata que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, durante a viagem às *terras de Goyazes* à procura de ouro, encontrou

“um rio a que chamaram de *Perdição por estarem completamente perdidos*. Este rio entrava em outro braço semelhante ao primeiro, que chamaram dos Aráes: adiante mais descobriram um terceiro braço, onde havia grande abundancia de ouro pelo que o intitularam *rio Rico*”. [...] após sua segunda viagem, 1726, “Bartolomeu Bueno, muito satisfeito tratou logo de fazer um estabelecimento junto à margem de um rio, ao qual depois denominaram *Rio Vermelho, por causa da agua estar sempre cõr de Barro*, provenientes dos trabalhos de mineração.” (Brandão, 1978, p. 26-27, grifo nosso)

Casal (1845) é outro a fazer descrições da toponímia relatada pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, inclusive do topônimo Perdição:

Bueno, perdendo a memória dos sinaes, que deviam guial-o ao Districto de Goyáz, marchou mais ao sul, e foi ter a hum rio [...] e porque alli fizerão huns pilões para preparar algum mantimento, lhe derão o nome de *Rio dos Pilões*. [...] marchou por alguns dias até encontrar hum rio, ao qual denominarão *Rio da Perdição*, por se considerarem já de todo fora do rumo de Goyáz. Continuando sem embargo d’isto, a mesma marcha, encontrarão outro maior; e depois d’este ainda terceiro, ao qual puzerão o nome de *Rio das Arêas* em razão de correr por hum veo d’arêa n’aquella paragem; e adiantando mais a jornada contra o poente, acharão outro, que denominarão *Rio Rico*, por causa do oiro que também n’elle descobrirão. (Casal, 1845, p. 262, grifo do autor)

FLP 19(2)

A respeito do topônimo Vila Boa de Goiás¹², Souza (1978, p. 85) escreve o seguinte:

O Sr. D. Luiz Mascarenhas sucedeu no governo de S. Paulo, [...] e encaminhou-se a Goiás com grande comitiva de oficiais militares em 25 de julho de 1739; demarcou o lugar da vila a que veio criar, a que chamou *Vila Boa de Goiás, em atenção a Bueno seu descobridor e ao gentio de Goyaz* [...]. (Souza, 1978, p. 85, grifo nosso)

Saint-Hilaire também faz referência ao topônimo Vila Boa:

Bartolomeu Bueno, que descobriu a Província de Goiás, lançou também os alicerces de sua capital. Após ter deixado o local denominado Ferreiro, ele construiu uma casa à beira do Rio Vermelho, e esta constituiu um núcleo de um arraial que recebeu o nome de Santana. As autoridades da região estabeleceram aí sua residência, e o arraial adquiriu grande importância. Santana foi elevada à vila por um decreto régio de fevereiro de 1736. A região não constituía uma Província separada, e o governador São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, Conde de Sarzedas, a qual estava subordinada, só fez entrar em vigor o decreto em julho de 1739, dando à nova *Vila o nome de Vila Boa de Goiás em honra de Bartolomeu Bueno, seu fundador*. (Saint-Hilaire, 1975, p. 48, grifo nosso)

Casal (1845, p. 276) aponta que a nação indígena, que culminou no nome da província de *Goyaz*, não era a única a viver na região: “ao norte d’ella vivia o Gentio Crixá, do qual os conquistadores derão o nome ao rio (*Rio Crixá*), que atravessava o seu território” (grifo nosso). Do nome ‘Rio Vermelho’, o viajante Pohl faz apontamentos sobre sua origem: “O *Rio Vermelho, que tira o nome da cor de suas águas rubras*” (Pohl, 1976, p. 140, grifo nosso).

Um outro documento, intitulado *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783* (cf. Palacin; Garcia; Amado, 1995, p. 47), traz uma descrição detalhada de Vila Boa como capital da capitania de Goiás: localização, edifícios, quartel, companhia e monumentos. Conforme os autores, é a mais antiga descrição preservada dos arraiais goianos: “escrita em cumprimento à ordem régia de 1782, determinando aos vereadores das câmaras das vilas do reino anotarem, em ordem cronológica, ‘os fatos mais notáveis que acontecerem’” (Palacin; Garcia; Amado, 1995, p. 39). O documento contém descrições de igrejas, capelas, quartéis, entre outros, datados do ano de 1783. Segue uma breve descrição de informações pertinentes a dados toponímicos, referentes aos arraiais da época, localizados no documento:

1. [...] O *primeiro arraial*, chamado *da Barra*, por neste lugar entrar o rio dos Bugres no Vermelho, dista desta Vila [Boa] cinco léguas, tem capela de Nossa Senhora do Rosário, filial da Vila. [...]

¹² *Notas toponímicas*: De acordo com Ferreira (1960, p. 319), o nome Goiás surge, pela primeira vez, com a bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600). O sertanista apresou índios da nação Goiás no sertão do rio Paraupava, isto é, Araguaia. Assinala que esses índios, com certeza, são os mesmos índios noticiados na descrição da viagem de Pedro Teixeira, pelo Amazonas, em 1637. Quanto ao topônimo dado à capitania de Goiás, conclui que esse não foi dado graças à história de Anhanguera, o qual diz ter encontrado índios dessa nação em 1726, como afirmou a tradição de Sousa, em 1812. A região já era, anteriormente, conhecida como *sertão dos Goiás* que, mais tarde, foi substituída por *minas dos Goiás*. E daí, surgiu o nome da capitania dos Goiás.

2. [...] *Anta*, assim denominada porque a primeira coisa mais notável que ali sucedeu, antes de ser patente o seu ouro, foi matar-se ali uma anta. [...]
3. [...] *Arraial de Crixás* é assim chamado por habitar ali o gentio deste nome. [...]
4. [...] *Arraial de Pilar*, antes *Papuan*, por ser aquele terreno coberto desta erva, ou capim, quando se descobriu. [...]
5. [...] *Arraial de Água Quente*, assim chamado porque em um lado dele há um olho de água, em situação que horroriza o averiguar às suas cavernas. O lago no meio que é muito fundo e, por apalpadelas, se julga ser muito irregular, pois se percebe ter altos e baixos. Esta água sai quente e do lago se forma um grande ribeirão. Toda esta água é salobra e de mau cheiro. [...]
6. [...] *Arraial de Traíras* chama assim porque no seu grande ribeirão se achou muito peixe deste nome. [...]
7. [...] *Arraial de São José do Tocantins*, julga-se assim ser chamado por estar junto ao rio Tocantins, ainda que diste dele dez léguas. É freguesia de São José, com uma irmandade e Capela do Senhor dos Passos, privilegiada pelo Papa Clemente XIII. [...]
8. [...] *Arraial de São Félix*, antes chamado *Carlos Marinbo*, que foi o descobridor no ano de 1736. [...]
9. [...] *Arraial de Cavalcante*, querem muitos que se apelide assim de um T. Cavalcante, que ali teve uma fazenda. [...]
10. [...] *Arraial de Arraias*, assim chamado porque seu ribeirão que faz barra no rio Paranã abundava desta casta de peixe. [...]
11. [...] *Arraial Meia Ponte*, assim chamado por estar de um ribeirão deste nome, posto pelos primeiros que vieram neste continente. [...]
12. [...] *Arraial Ferreiro*, assim chamado porque, depois que os seus primeiros povoadores saíram dele pelos seus interesses, ficou ali um ferreiro com sua tenda [...]
13. [...] *Arraial de Santa Luzia*. Os devotos da Santa assim o denominaram, [...] (*Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice 16.3.2., Palacin; Garcia; Amado, 1995, p. 39, grifos nossos)

Na *Descrição cosmográfica por espaços geométricos do continente mediterrâneo das Terras Novas do Bispado do Grão Pará*, mapa que provavelmente acompanhava o relatório do bispo do Grão Pará, Dom Frei Guilherme de São José, sobre os conflitos de jurisdição nas Terras Novas (Tocantins) e os bispados de Pernambuco e Rio de Janeiro, é um documento que faz parte do código *Costa Matoso* (Doutor Caetano da Costa Matoso, ouvidor-geral das minas de Ouro Preto, em 1749), historia o descobrimento de ouro nas vertentes do Tocantins e situa geograficamente a região em litígio. O documento descreve as quatro paróquias existentes à época e os arraiais que pleiteavam a elevação, suas igrejas e capelas, paramentos, situação econômica e administrativa. Trata, ainda, da expulsão de religiosos envolvidos no litígio e lançamento da finta indevida pelo governador Dom Luís Mascarenhas.

Esse documento tem grande valor como roteiro e possivelmente serviu de subsídio à expedição do governador Gomes Freire de Andrade na demarcação da capitania de Goiás, em 1748.

Vejamos os topônimos assinalados no mapa: 2- Rio Paranatinga de Cima; 3- Rio Paranatinga de Baixo; 4- Rio dos Tocantins; 5- Terras Novas do bispado do Grão Pará; 6- Bispado do Rio de Janeiro – aqui se termina; 7- Desta ribeira do Paranã se afugentou o cônego Francisco da Rocha Lima, sendo visitador e vigário-geral, com terror de prisão e excomunhão, ao vigário geral, de São Romão, do bispado de Pernambuco, que se retirou deixando-lhe o partido e o deve o bispado do Pará ao zelo de tão exato ministro; 8- Paranã; 9- Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Paranã; 9[sic]- Cavalcante; 10- Corriola, brumado que disputou o cônego Francisco da Rocha Lima, sendo visitador e vigário da vara de São José, do bispado do Rio de Janeiro, e se apossou e defendeu e ficou para o Pará; 12- Rio de São Félix; 13- Rio da Palma; Chapada; Arraial de São Félix das Minas; Lavras de ouro; 17- Canabrava; 18- *Ad perpetuam rei memoriam*. Polé que mandou levantar dom Luís de Mascarenhas para quem não lhe desse ouro na finta que botou para si; 19- Palma; 20- Estrada para Goiás e minas dos Crixás; 21- Arraias; 22- Boquira; 23- Arraial das Arraias; 24- Ribeirão do Custódio; 25- Carmo; 26- Santo Antônio; 27- Estrada para Goiás; 28- Carmo; 29- Santo Antônio; 30- São Gonçalo; 31- São João; 32- Manuel Dias; 33- São Cosme; 34- Carmo; 35- Barra; 36- Estrada para a Barra da Palma; 37- São Luís; 38- Conceição; 39- Travessia deserta; 40- Coelho; 41- São José; 42- São Tiago; 43- Pestana; 44- Madureira; 45- Bernardino; 46- Barra da Palma; 47- Estrada que vem do Rio Grande para as Terras Novas; 48- Igreja de São Félix da Barra da Palma, matriz; 49- Coelho; 50- Santana; 51- Pilar, fazenda; 52- Lages; 53- Rio de Manuel Alves; 54- Santana; 55- Alves; 56- Dionísio; 57- Vieira Pizarro; 58- Brejo; 59- Morrinhos; 60- Correia; 61- Natividade; 62- Baixo Arraial da Natividade; 63- Bezerra; 64- De Cima (Arraial de cima da Natividade); 65- São Miguel; 66- Raposo; 67- Espírito santo; 68- Madre de Deus; 69- Estrada para o Pontal; 70- São José; 71- Santa Isabel; 72- Fernandes; 73- Canobre; 74- Braba; 75- Rio de Santa Teresa; 76- Novo descoberto do Pontal, distante 12 léguas; 77- Pizarro; 78- Serranias; 79- Rio Araguaia; 80- Equinocial.

O mapa de 1730 indica a existência de seis paróquias: São Félix da Palma, Natividade, Arraias, Paranã, Minas de São Félix e Pontal. A descrição, de acordo com o documento, conta que: a primeira, situada na barra do Palma, onde faz junção com o rio Paranatinga, não tinha igreja à época, tampouco realizavam as comemorações da semana santa. Possuía 80 fazendas de gado. A segunda mostra-se muito mais vitalizada. Possuía 76 fazendas de gado, engenhos de cana, três capelas, bem como realizavam-se as comemorações da semana santa e, regularmente, observavam-se os sacramentos. Possuíam-se juízes ordinários, provedor de ausentes e intendente da fazenda real. Na terceira, Natividade, diz-se haver uma pequena, mas muito asseada, igreja de taipa com bons ornamentos. Suas irmandades fazem suas festas, semanas santas; aos domingos, terços pelas ruas, cantando. Há muito comércio nas lojas, juízes ordinários, provedor de ausentes e intendente da fazenda real. A quarta paróquia é a de Arraias, rica em lavras de ouro. Segundo consta no mapa, há uma chapada, rica em minérios e comerciantes. Há uma igreja muito bem adereçada – celebram-se nela festas com grandeza e semanas santas com muita devoção. A quinta, o arraial de São Félix das Minas, mostrou sua opulência e pôde sustentar comodamente a seu pároco no mesmo distrito. A sexta paróquia é o Pontal, lugar onde foi descoberto ouro. Ela possui um intendente que lhe administra a justiça.

O viajante alemão Johann Emmanuel Pohl, na primeira metade do século XIX, tece alguns comentários sobre arraiais e vilas visitados por ele:

1. *Julgado de Traíras* - “Traíras tira seu nome do rio que banha e do peixe que nele se apanha. Este peixe, uma espécie de bagre (*Silurus*), pesa de 6 a 8 quilos, tem poucas espinhas e é muito saboroso.” (Pohl, 1976, p. 193)
2. *Arraial de Cavalcante* - “O Arraial de Cavalcante tira o seu nome dos índios que outrora habitavam esta região, hoje totalmente extintos [...]” (Pohl, 1976, p. 280)
3. *Arraial de Arraiais* - “O pequeno Arraial de Arraiais, que tira seu nome do Rio Arraiais, é cercado de serras e construído sobre uma colina”. (Pohl, 1976, p. 277)

Saint-Hilaire (1975, p. 36), em suas narrativas, intituladas *Viagem à Província de Goiás*, também descreve informações toponímicas dos arraiais. O arraial de Meia-Ponte foi elevado a cidade pelo alvará de 10 de junho de 1832, referendando Mattos (*Itin.*, II, 337). Em nota de rodapé, o autor diz, citando Pizarro, que

primitivamente fora armada sobre o rio uma ponte feita com duas peças de madeira, tendo tido uma delas arrastada pelas águas. Os moradores do lugar acostumaram-se, então, a se servir de uma única tábua que restara, razão por que deram ao povoado o nome de Meia-Ponte (Mem., IX, 212). O viajante, no entanto, acrescenta que Cunha Mattos refuta esta versão ao afirmar que o arraial deve o seu nome a uma pedra que é encontrada em seus arredores, no Rio de Meia Ponte (*Itin.*, I, 153). Já Luis d’Alincourt diz que Bartolomeu Bueno, impossibilitado de atravessar a vau uma corrente caudalosa, lançou uma ponte sobre uma pedra chata e de considerável tamanho que avançava até o meio do rio, originando-se daí o nome do arraial construído nas proximidades. (Mem., 82) (Saint-Hilaire, 1975, p. 37)

FLP 19(2)

De qualquer modo, Saint-Hilaire assinala que não está seguro quanto às versões apresentadas pela falta de precisão nas informações. Pohl, em nota de rodapé, referindo-se a Meia-Ponte, diz que:

Ao chegarem a este riacho, encontraram-no muito cheio e o atravessaram sobre dois troncos de árvores, um dos quais foi depois arrastado pelas águas torrenciais. Por isso, *o riacho recebeu o nome de Meia Ponte*, que passou depois ao arraial ali então erigido. (Pohl, 1976, p. 126, grifo nosso)

Para o topônimo do Arraial Ferreiro, Saint-Hilaire (1975) diz que o lugar era famoso na história de Goiás, já que por ali se estabeleceram os paulistas bandeirantes. Parte dos colonos não se fixou na região e foi procurar fortuna em um outro sítio. “Um ferreiro, que acompanhou esses aventureiros, não quis seguir o seu exemplo, e o arraial recebeu o nome do seu ofício” (1975, p. 48). Casal (1845, p. 279) diz que a motivação partiu do próprio ferreiro: “He a mais antiga povoação da província. Deu-lhe nome hum ferreiro, que ali ficou exercendo o seu officio depois que os mineiros o desertarão, para hir minerar em outros sítios”.

Do topônimo Santa Luzia, já citado por Palacin, Garcia e Amado (1995, p. 39) no documento *Notícia Geral da Capitania de Goiás de 1783*, Casal (1845, p. 293) reitera a motivação de ordem religiosa: “O medíocre e abastado arraial de Santa Luzia, ao qual *deo nome a padroeira da matriz, que o orna [...]*” (grifo nosso).

Um outro arraial citado por Saint-Hilaire foi Ouro Fino. Diz que “o arraial, que nunca teve importância, deve sua origem ao ouro que era extraído outrora do

Rio Vermelho, e o seu *nome à boa qualidade desse ouro*” (Saint-Hilaire, 1975, p. 48, grifo nosso). Casal (1845, p. 279) corrobora a mesma versão, apenas a grafia é alterada para Oiro-Fino.

Para a Aldeia de São José de Mossâmedes, Saint-Hilaire (1975, p. 62) narra que o nome é dado em homenagem ao Capitão-geral José de Almeida, barão de Mossâmedes. Pohl (1976, p. 152), em 1821, percorreu o povoado e descreve a situação de decadência em que se encontrava. Na descrição, identificamos referências toponímicas:

A Aldeia de São José de Mossâmedes, que tira o nome de seu fundador o Governador-Geral Barão de Mossâmedes, foi erigida em 1755, com o dispêndio de 67:346\$066. No ano de 1780 foi edificada a igreja. A aldeia era destinada a alojar as tribos Acroás, Javaés e Carajás, que para lá haviam sido trazidas do Duro. (Pohl, 1976, p. 152, grifo nosso).

O viajante ainda relata a situação de descontentamento dos índios aldeados com a vida que levavam, as dificuldades em relação à administração, e o fato de, mesmo ao terem sido batizados, os índios estarem alheios à fé cristã.

George Gardner (1975), no capítulo X de *Natividade a Arraiais*, menciona informações concernentes ao nome ‘Arraial da Chapada’:

[...] fui diversas vezes ao Arraial da Chapada, cerca de duas léguas ao Noroeste; tem mais ou menos metade do tamanho de Natividade e está situado em terras baixas e planas, que se chamam chapadas e donde lhe vem o nome [...]. (Gadner, 1975, p.160, grifo nosso)

A respeito do nome Arraial de Jaraguá, Saint-Hilaire (1975, p. 42) diz que “depois de ter atravessado o Córrego Jaraguá, cheguei no arraial do mesmo nome”. Ele tece comentários quanto à grafia da palavra. Diz que não se deve escrevê-la como Pohl a registrara, ‘Corgo Jaraguá’, ou ‘Córrego Jaraguay’, como o fez d’Alincourt. Acrescenta, ainda, a grafia de Gardner, que menciona um lugar chamado Jaraguá, ao norte do Brasil. Diz que essa palavra vem do guarani, que significa ‘água que murmura’. Já Sampaio (1985, p. 268) descreve a etimologia de Jaraguá: - corr. *Yaraguá*, ‘a baixa do Senhor’, ‘o vale do dono’. Pode ser corrupção de *yara-quã*, que significa ‘o dedo de Deus’, ‘a ponta do Senhor’.

Casal, em seu livro *Corographia Brasílica*, de 1845, faz um breve relato de outros topônimos pertencentes à província de Goiás: Pontal, Nova Beira, Olhos da Água, Arraial de Santa Rita, Conceição, São João da Palma e Santa Luzia.

1. *Distrito de Nova Beira*¹³: “No anno de 1775 forão redusidas a paz as duas nações selvagens Carajá e Javaé, que possuem a ilha de Santa Anna, ou Bananal, e estabelecidas a primeira em seis aldéas, e outra em trez, quase todas com nomes de povoações de Portugal, a saber: Angela, Seabra, ambas de Carajás [...]; Cunha, de Javaés [...]; Annadia, de Carajás [...]; S. Pedro, dos mesmos [...]; Ponte de Lima, de Javaés [...]; Lavradio [...]; Lamacões [...]; e Mello, de Javaés [...]. Por este mesmo tempo se deu o paiz vizinho o nome de *Nova Beira*.” (Casal, 1845, p. 282, grifo do autor).

¹³ Jardim (1880a, p. 4), ao mencionar as tentativas de estabelecer a navegação nos rios Araguaia e Tocantins, diz que, em 1774, foi fundado um lugarejo na ilha de Sant’Anna com o nome de Nova Beira.

2. *Arraial e Freguesia do Pontal*: “assim chamado em rasão d’huma ponta ou cotovelo, que o rio faz na sua vizinhança, fundado em 1738, e ornado com huma igreja paroquial dedicada ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte.” (Casal, 1845, p. 281). O rio de que o autor fala é o Tocantins.
3. *Morro dos Olhos da Água*: “Seis milhas arredado da margem direita do rio de Manoel Alves o meridional, e pouco menos de 10 legoas longe do Tucantins, na proximidade do morro dos Olhos d’Água (assim chamado por emanarem d’elle vários regatos [...])” (Casal, 1845, p. 283)
4. *Arraial Santa Rita*: “Perto de 10 milhas ao norte da Cachoeira está o pequeno arraial de Santa Rita, fundado no mesmo anno que o precedente, e ornado com huma capella da Santa, que lhe dá o nome.” (Casal, 1845, p. 287)

Conforme Palacin e Moraes (1989, p. 11), Santa Rita está localizada na zona mais densa e povoada (Alto Tocantins ou Maranhão) da província.

A respeito do topônimo Conceição, Casal (1845, p. 288-289) diz que: “Vinte legoas ao septentrião de S. Felix, e pouco distante da foz do rio da Palma, está o arraial da Conceição, ao qual deo o nome o orago da mariz, que o orna. He cabeça de julgado”.

Ainda segundo Parente (1999, p. 68), Conceição fazia parte da nova Comarca de São João das Duas Barras, no início do século XIX: “A 25 de fevereiro de 1814 emanou num alvará para a fundação de huma villa, chamada S. João da Palma, do sitio que se determina para o seu assento sobre a embocadura do rio d’este nome, para ser da comarca de S. João das Duas Barras” (Casal, 1845, p. 290, grifo do autor).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FLP 19(2)

O período das entradas e bandeiras, sobretudo pelos colonos paulistas e pelas expedições de jesuítas pelos rios Araguaia e Tocantins, foi um marco na formação da toponímia de Goiás. Por onde andavam, os sertanistas promoviam a nomeação de elementos físicos (rios, córregos, ribeiros, serras, morros etc.) e elementos humanos e culturais (arraiais, povoados, julgados etc.), marcando a paisagem local, a fim de subsidiar a produção de uma cartografia que lhes favorecesse alcançar seus objetivos: o apresamento de índios e, mais tarde, a busca por minérios preciosos. Para além dessa finalidade utilitária e finalística, sentiam que estavam se apossando verdadeiramente das terras e de tudo quanto havia nela. Nesse processo de nomeação, valiam-se os colonos tanto da língua geral e de seus signos quanto da representação católica ibérica.

É recorrente o fato de que, quando os europeus chegaram à costa brasileira, no início do século XVI, já havia diversos grupos indígenas com os quais mantiveram seus encontros e confrontos, dentre eles: Tamoio, Tupinambá, Tupiniquim, Tabajara, Goitacás, Guaianás, Carijó entre outros. Foram eles os tradutores das primeiras informações aos colonizadores a respeito da natureza, de outros povos, bem como da toponímia local indígena, embora essa não tenha sido aceita em um primeiro momento. A terra “descoberta” era, para o invasor, um grande vazio onomástico a ser preenchido, e o sagrado foi a primeira opção, dadas as ordens da Coroa e da hegemônica Igreja Católica.

Esse vazio onomástico inicial logo cede lugar a uma detalhada toponímia, que conjuga a língua indígena e os nomes de santos da preferência ibérica. É essa mescla,

fruto das fortes presenças no processo de colonização, marcado pela fronteirização de populações ibéricas e indígenas, em situações de conflito e conformação, que resultou em um mapa toponímico com as características da cultura brasileira. Em um determinado momento, prevaleceu o nome dado pela tradição cultural indígena; em outro, a ibérica, no constante exercício de estabelecer as bases civilizatórias ibéricas do lado de cá do Atlântico. Quanto mais interiores e fronteiriças as regiões, maiores os conflitos e conformações que moveram os processos de territorialização e consequentes construções toponímicas, como é o caso de Goiás, atual Tocantins.

REFERÊNCIAS

Andrade KSA. Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins. Goiânia: PUC; 2010.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Pará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa: CU_013, Cx. 1, D. 67. [internet]. [data desconhecida]. [citado 28 mai. 2015]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>.

Brandão AJC. Almanach da Província de Goyaz: para o ano de 1886. Goiânia: UFG; 1978.

Casal MA. Corographia brasílica. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Imprensa Régia; 1845. (Tomo I).

Castro E. Ensaios da geografia linguística. São Paulo: Cia. Editora Nacional; 1941.

Dick MVPA. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: Isquierdo NA, Krieger MG. As ciências do léxico. Campo Grande: Editora da UFMS; 2004. p. 121-130. (Vol. II).

Ferreira MR. O mistério do ouro dos martírios. São Paulo: Gráfica Biblos; 1960.

_____ As bandeiras do Paraupava. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; 1977.

Figueiredo LRA, Campos MV, coordenadores. Códice Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor-geral do Ouro preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; 1999. (2 volumes).

Flores KM. Caminhos que andam: O rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: PUC; 2009.

_____ Estrangeiros no Tocantins do século XIX. Palmas: Nagô; 2013.

Gardner G. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP; 1975.

Jardim JRM. O rio Araguaia. In: O Rio Araguaya: Relatório de sua exploração pelo Major d'Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação pelo Tenente-Coronel d'Engenheiros Jerônimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente de Goyaz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1880.

Jubé ACR. Ensaios de Chorografia de Goyaz. Capital de Goyaz: Pap. e Typ. de Caetano Alves Pinto; 1919.

- Palacin L, Moraes MAS. História de Goiás (1722-1972). 5.^a ed. Goiânia: UCG; 1989.
- Palacin L, Garcia LF, Amado J. História de Goiás em documentos: I Colônia. Goiânia: UFG; 1995.
- Parente TG. Fundamentos históricos do Estado do Tocantins. Goiânia: UFG; 1999.
- Pohl JE. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado, Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP; 1976.
- Saint-Hilaire A. Viagem à província de Goiás. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP; 1975.
- Sampaio T. O tupi na geografia nacional. 5.^a ed. corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional; 1987.
- Souza LAS. Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goyaz. Goiânia: Ed. Oriente; 1978. p. 126-127.
- Vieira A. Cartas do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus. Tomo Terceiro Dedicado ao Eminentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Thomas de Almeida Cardeal da Santa Igreja de Roma, Patriarcha I. de Lisboa, &c. Pelo Padre Francisco Antonio Monteiro, Bacharel formado na faculdade dos Sagrados Canones. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real; 1746.
- _____. Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio; 1735. (Vol. 1). [citado 11 fev. 2015]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810>.
- Vieira JG. Potiguara: localização e população. [internet]. Instituto Sócio-ambiental (ISA); 2006. [citado 18 fev. 2015]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/934>.